

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA MEDIÇÃO NECESSÁRIA

Maria José Domingues da Silva¹

RESUMO

A compreensão da problemática da violência numa perspectiva histórico-social demonstra que ela tem raízes profundas que perpassam desde a crise da família enquanto instituição social e pelas desigualdades no âmbito econômico, social, político e cultural. O objetivo desta pesquisa é oferecer subsídios e estabelecer relações interpretativas acerca do papel do professor frente ao problema da violência nas escolas e suas implicações para a prática pedagógica. A relevância e a necessidade do estudo desta temática no campo da educação evidencia-se na medida em que se constata que há um considerável índice de situações envolvendo violência nas escolas com a participação de jovens estudantes. Esta condição de violência inquieta e preocupa pais, professores, comunidade e autoridades de segurança pública, que não sabem exatamente como agir diante dessa ameaça cada vez mais comum, que vem transformando os estabelecimentos de ensino em verdadeiros campos de batalha, suscitando dúvidas e incertezas quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas. Sendo assim, procura-se compreender e refletir sobre o processo de construção das representações sociais dos sujeitos no universo escolar, apontando elementos para uma visão analítica da realidade, diante da violência nas escolas. A escola tem como uma de suas funções desenvolver um pensamento reflexivo nos alunos ajudando-os a construir uma compreensão coerente da realidade resgatando os princípios éticos e desenvolvendo ações que visam à promoção e difusão dos valores de solidariedade, respeito, honestidade, responsabilidade, fraternidade e de convivência que parecem estar sendo deixados de lado.

¹ Maria José Domingues da Silva - Pedagoga do Centro Municipal de Educação Infantil Nova Barigui, com especialização em "Administração e Gestão de Recursos Humanos" e em "Organização do Trabalho Pedagógico", Mestranda do Curso de Pós-Graduação,

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA MEDIAÇÃO NECESSÁRIA

Maria José Domingues da Silva²

A violência sempre esteve presente na história da humanidade. Entretanto, atualmente os atos de violência revestem-se de novas formas e ela atinge de uma maneira ou de outra todas as pessoas, independente de classe social, raça, gênero religião ou cultura. Este aspecto é ressaltado por ODALIA (1983) quando assinala que ironicamente pode-se dizer que há uma democracia na violência, pois ela atinge à todas as pessoa sem distinção. Assim, o conceito de violência é abordado por meio de diferentes perspectivas por diversos autores. Em Latim tem-se *violentia*, *violentus* que significa violência.

Destarte, a categoria violência “encerra leituras diferenciadas que incorporam práticas inteiramente diversas, segundo o grupo ou classe social que as vivencia. (...) não existe uma violência, mas violências que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares”. (BRITTO, 1994, p. 150).

Dentre os fatores que caracterizam a violência estão o uso da força e a violação de um direito, assim, “o uso injusto da força-física, moral e psicológica – com a finalidade de privar um ser humano do seu legítimo direito à vida, à saúde e à liberdade. Neste último caso, quando o homem é impedido de ter uma opção livre, quando é obrigado a fazer o que é contrário à sua vontade, ideais e interesses”. (SORGE, 1993, p. 9)

A violência está disseminada em todas as instâncias de nossa sociedade, na família pela ação coercitiva dos pais, no Estado pelo regime autoritário, na sociedade pelas Leis, na igreja pelos limites que impõe, no

Mestrado em Educação da UFPR, na Linha de Pesquisa - Saberes, Cultura e Práticas Escolares. E-mail: maryjds@yahoo.com.br .

² Maria José Domingues da Silva - Pedagoga do Centro Municipal de Educação Infantil Nova Barigui, com especialização em "Administração e Gestão de Recursos Humanos" e em "Organização do Trabalho Pedagógico", Mestranda do Curso de Pós-Graduação,

trabalho pela submissão a que o trabalhador está exposto, na escola pelo autoritarismo do professor, nos meios de comunicação com sua propaganda ideológica entre outras. Em nossa sociedade não há apenas a violência manifesta que se revela nas brutalidades que ocorrem diariamente, existe também as formas de violência ocultas. Nas escolas além da violência simbólica, os sujeitos estão expostos às violências manifestas por atos de brutalidade por parte dos diferentes atores.

As principais ocorrências que caracterizam a realidade escolar são: casos graves de homicídios, formação de gangues, consumo explícito de drogas, arrombamentos seguidos de roubo com envolvimento de alunos, quando são levados computadores, aparelhos de som, televisores, videocassetes, antenas parabólicas, merenda escolar e outros objetos de valor, além das constantes depredações das escolas e dos problemas de ameaça de morte contra professores, coordenadores e diretores que têm seus carros amassados e riscados.

Entre o material escolar necessário para o estudo, os adolescentes estão levando consigo à sala de aula revólveres, soco inglês, estiletas, canivetes e facas improvisadas a partir de tesouras e nos compassos escolares. Os alunos se unem às suas gangues e promovem brigas, arruaças, atos de vandalismo, espancamentos, assaltando outros estudantes e demais pessoas nas ruas para roubar dinheiro, tênis, jaquetas e outros bens.

Pode-se aferir que a indiferença em relação aos diversos problemas sociais, dentre eles a falta de perspectivas de emprego, pois os adolescentes foram colocados como principal alvo das mazelas da sociedade capitalista, uma vez que passaram a disputar a selvageria do mercado de trabalho em condições desiguais, a ausência de projetos coletivos, o modelo econômico excludente fundamentado no pensamento neoliberal, a própria desestruturação familiar, a falta de auto-estima, de referências, o descrédito dos valores sociais, éticos e morais, as diferentes formas de ritualização da violência doméstica – agressão física familiar, negligência, omissão, drogadição, alcoolismo, violência

sexual e a ritualização da violência nos veículos de comunicação de massa – são alguns dos fatores responsáveis pelo crescimento da criminalidade na sociedade e da violência nas escolas que não podem ser desprezados.

De acordo com ROYER (2002) a escola tem um importante papel de prevenir e lidar com a violência e comportamentos agressivos. Esse papel é na verdade de toda a instituição escolar, mas em especial dos professores que estão entre os principais atores do processo educativo. Sendo assim:

(...) os professores, no decorrer de sua formação inicial ou mais adiante, têm que desenvolver a capacidade de intervir e de evitar comportamentos agressivos nas escolas. Sejam mais claros: a capacidade de ensinar a ler, escrever e fazer operações matemáticas não é mais suficiente para educar os jovens que hoje freqüentam nossas salas de aula. (ROYER, 2002, p.253)

Para tanto no decorrer do processo de formação é preciso que sejam traçadas estratégias que visem o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades nos professores e demais profissionais que trabalham na escola, pois eles receberam pouca ou nenhuma formação sobre como propiciar uma boa educação aos jovens que demonstram comportamento agressivo e em como lidar com a violência nas escolas. (ROYER, 2002,p.253)

Alternativas, para superar a condição de violência, têm sido motivo de reflexão a partir da busca de saberes e fundamentações dentro da sociologia, psicologia, antropologia e educação, entre outras. Não poderia ser diferente, pois os seres humanos são produtos da história e forjadores da história, através de ações construtivas e destrutivas, em virtude de suas inteligências e vontades. Entretanto, as análises dos comportamentos humanos, para além das características fisiológicas e psicológicas que lhes são peculiares, necessitam ser elaboradas para a compreensão do fenômeno violência dentro da relação docente-discente estabelecida no contexto escolar.

As causas da violência não são essencialmente de natureza social é preciso acabar com a idéia de que a violência está exclusivamente associada à pobreza, se assim fosse a grande maioria da população estaria constantemente envolvida com a violência. Assim inúmeros fatores presentes

em nossa sociedade estimulam a violência. A sociedade de consumo ao alimentar aspirações e despertar esperanças que não se concretizam acaba marginalizando muitos indivíduos do processo de produção e consumo, destrói valores morais, exalta o prazer e o dinheiro como valores supremos da vida. A agressividade explode diante do menor desagrado, a violência decorrente é desproporcional às causas que deram origem à situação.

Não obstante, muita coisa pode ser feita para impedir o crescimento da violência ou para eliminar as causas geradoras. Para tanto um primeiro passo é acreditar que isso é possível, e conscientes das dificuldades a serem enfrentadas, buscar contê-la da melhor maneira. Porém, os esforços irão defrontar-se com fortes interesses como, por exemplo, o que está por detrás do tráfico de drogas que se constitui numa das causas mais freqüentes dos atos de violência cometidos pelos jovens nas escolas. Para um determinado grupo de pessoas a violência é rentável, portanto, combatê-la significa desafiar os interesses dessas pessoas que não medem esforços para continuar usufruindo a custa da desgraça alheia. Porém as pessoas que praticam essa violência encontram-se em risco permanente uma vez que a violência originária da disputa entre estes grupos, não raras vezes, volta-se contra eles mesmos.

Faz-se necessário, considerar então, que são muitas as dificuldades para se eliminar as causas sociais da violência, pois a resistência à transformação se faz presente na sociedade atual, porém também há pessoas com força e ideal querendo reverter esse quadro. Dentre as causas da violência atual estão a dissolução da moral e a desagregação social. É preciso resgatar os valores morais de respeito à vida, à liberdade, fraternidade, solidariedade e justiça.

Os educadores devem se preocupar com o destino da educação, se empenhando para que a escola em conjunto com a família, o Estado e a sociedade possa cumprir o seu papel lutando contra o sucateamento do ensino. Todavia, o Estado deve assegurar a implementação de políticas públicas eficazes que eliminem as chagas sociais geradoras da violência; viabilizar medidas econômicas que ampliem a oferta de empregos, que façam com que as instituições sociais funcionem de fato permitindo que os direitos

dos cidadãos e cidadãs estejam garantidos.

ROYER (2002) assinala que a política de formação de professores será correta e eficaz se os professores compreenderem como os comportamentos agressivos se manifestam nos jovens; se eles compartilharem que a educação e a escola podem evitar que a violência se desenvolva e tenha continuidade; se eles agirem de forma ativa frente à violência; se convencerem-se de que as intervenções precisam ser formuladas para cada caso; se valorizarem a formação continuada tendo claro que só a experiência não basta; se integrarem em sua prática os novos conhecimentos; se formarem parcerias com os pais e reconhecerem a importância do trabalho em equipe.

O emprego da violência provoca uma postura radical que agrava as situações de injustiça. Dizer “não à violência” implica em manifestar-se contra as correntes que originam a violência. O “não à violência” só será legítimo, na medida em que houver o compromisso de luta contra todos os que alimentam a violência no mundo e quando os direitos essenciais e a dignidade humana dos cidadãos estiverem assegurados. Assim um dos caminhos mais importantes para acabar com as injustiças sociais é o das reformas sociais que promovam transformações substanciais no atual sistema e um sólido trabalho de formação de nossos jovens nas escolas, para isso é preciso que haja sólida formação dos professores.

Todavia, importantes aspectos devem ser considerados dentro dos fatores sociais, familiares, profissionais e da aquisição e transmissão de valores, quanto ao lugar que os seres humanos ocupam na sociedade e os papéis que os mesmos desempenham nesta mesma sociedade. A sociedade pela condição de historicidade e conseqüente movimento, acarreta transformações que, pela diversidade de desenvolvimento, origina conflitos, tensões, pertinentes à dúvida, incerteza e desigualdade. Sendo assim,

apesar da diversidade dos grupos humanos, alguns valores recebem uma adesão mais ampla, mas isso não pode dissimular a divergência e a heterogeneidade das convicções. A idéia de violência cristaliza essa heterogeneidade e essas divergências, tanto que o recurso a ela para apreender os fatos é o indício mais seguro de que estão

em causa valores importantes – e no centro de um antagonismo. (MICHAUD, 1989, p. 14).

Os diferentes sujeitos como seres biopsicossociais, determinam grupos sociais em que o trabalho, o lazer, os estudos e, sobretudo, a convivência familiar, significam formas de participação, onde o objetivo, em maior ou menor escala para a consecução de um propósito bem comum, exige constantes adaptações. BRUSCHINI (1997, p. 63) assevera que “além de ser o lugar onde se forma a estrutura psíquica, a família constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e de sexo. Ela é um espaço social onde as gerações se defrontam mútua e diretamente, é onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder”.

As funções da família englobam também aspectos econômicos, sociais e ideológicos que não são destacáveis do quotidiano familiar e que por isso, sugerem que a família merece uma atenção especial pelas particularidades de que é composta, face ao fato de que “ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade”. (BRUSCHINI, 1997, p. 77).

Desse modo as relações sociais são intercaladas também pelas tensões e conflitos que, em virtude do movimento social e desejo de integração, desencadeiam a agressividade que, em algumas ocasiões, se desvirtua em atos de violência. Como a agressividade individual está ligada ao meio social, seja pelo caráter íntimo da família, como em relação às instituições, às tensões e aos desentendimentos, podem permanecer em estado latente, até que situações determinadas favoreçam o afloramento dos conflitos. Pelo fato de não existir o diálogo como forma de escutar e atender reivindicações, não há preservação do bem comum.

Muitas são as dúvidas existentes no processo educacional, tendo em vista a heterogeneidade existente nas salas de aula na qual o tempo de convivência é significativo no ensino fundamental, médio ou superior para que sejam desenvolvidas ações de conscientização e formação para a prática da cidadania. Se a educação tem uma finalidade política e social, um dos seus grandes objetivos é capacitar os educandos para refletir criticamente acerca

dos diferentes problemas sociais. Sendo assim, o combate à violência nas escolas implica um trabalho conjunto, além de uma reestruturação do ensino, uma análise do currículo e das práticas desenvolvidas para verificar de que forma o trabalho pedagógico pode contribuir no enfrentamento desta situação, seja por meio de medidas preventivas, projetos, propostas ou outras alternativas.

Em sua pesquisa sobre a violência nas escolas, LATERMAN (2000) assinala que o que mais apareceu como expressão da violência tanto para alunos quanto para professores foi o conjunto das relações cotidianas entre os atores sociais. Diz que as brincadeiras feitas entre os alunos apontados como “bagunceiros” não são consideradas como violência por ninguém, mas sim indisciplinas. Entretanto, a interpretação destes fatos se modifica quando a discussão entre aluno e professor começa: o desrespeito aparece, os dois se tratam como iguais, cobrando direitos e deveres, os professores procuram, às vezes, se impor humilhando o aluno que não aceita e fala mais alto, palavras de baixo calão entram na conversa e a emoção é grande: alunos ficam com ódio, os professores se sentem agredidos e desabafam que “não estão aqui para agüentar isso”. (LATERMAN, 2000, p.124-125).

Com relação à formação dos alunos, a escola precisa cumprir o papel de construtora de identidades positivas.

Assim, numa sociedade que é, ou pretende ser, plenamente democrática, a filosofia e a prática educativas devem orientar-se no sentido de formar a cidadania plena, garantir os inalienáveis direitos humanos, promover o respeito à diversidade, eliminar as desigualdades sociais, apagar o que é tido como depreciativo nos grupos estigmatizados, desaprovar as atitudes e comportamentos sociais que discriminam indivíduos e grupos. (PEREIRA, 2001, p. 2001).

O referido autor lembra, ainda, que a Educação formal é a chave para a cidadania, ela se forma com a abertura da estrutura social a todos aqueles que estão marginalizados. Existem no interior da escola resistências que compreendem a importância da escolaridade e também mecanismos que absorvem os impactos que a escola sofre freqüentemente. Tanto alunos quanto

professores dizem que nada é feito para lidar com o problema da violência, porém, “este não fazer nada é uma forma da escola absorver estes impactos e continuar seguindo, equilibrando-se entre a ordem e a desordem (...) aceita-se que o caos é parte da vida escolar”. (LATERMAN, 2000, p. 129).

Dessa forma, o não-respeito à regra e a falta de autonomia surgem na escola como a anomia, que significa ausência de regras. LATERMAN (2000, p.148) diz que a anomia na escola está muito próxima da onipotência. Assinala que estas dificuldades vão em sentido contrário ao da construção da cidadania, do ensino e do desenvolvimento pessoal. Assim, não há dúvidas sobre a existência de incivildades entre os alunos, mas temos também que considerar a ausência de cidadania, ou seja, a violência para com a cidadania dos estudantes e dos profissionais, resultante do conjunto de fatores que lhe são (ou melhor, que não são) oferecidos pelas próprias políticas públicas para a educação.

Todavia, “se cada escola tem uma identidade, cada equipe pedagógica um perfil, cada comunidade uma personalidade, prevenir a violência na escola significa autorizar e apoiar comunidade e escola em seu saber educacional. Sem desobrigar o Estado de sua função social”. (LATERMAN, 2000, p.152).

Com vistas ao exposto, torna-se clara a necessidade do entendimento de que as relações intersubjetivas são relações complexas. Cada aluno é uma variável, com suas experiências, capacidades e interesses pessoais. Em cada época a juventude assume características próprias; nela está implícita uma atitude definida diante da vida, paralelamente aos professores também têm suas expectativas, interesses e objetivos. Assim, é preciso unir esforços, compreendendo que o sistema educativo é um sistema dinâmico e que a escola como um todo está carente de subsídios, uma vez que não sabe ao certo como intervir efetivamente no atual contexto extremamente complexo e violento.

IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A compreensão da problemática da violência numa perspectiva

histórico-social demonstra que ela tem raízes profundas que perpassam desde a crise da família enquanto instituição social e pelas desigualdades no âmbito econômico, social, político e cultural.

De acordo com SPOSITO (2001), a violência em meio escolar, fenômeno que ocorre em âmbito nacional, começou a ocupar o debate público desde o início dos anos 1980, despertando o interesse da academia no decorrer do processo de democratização. Entretanto, aponta que o estudo sistemático da violência nas escolas é escasso e "... não há, ainda, grupos de pesquisadores que busquem traçar um programa conjunto de investigações, abrangendo cidades e situações socioculturais diferentes em todo o país". (SPOSITO, 2001, p.85)

SPOSITO assevera que é preciso reconhecer que o aumento da violência à condição de problema nacional também decorre da sua disseminação e diversificação no espaço da sociedade civil. Desse modo:

é no quadro de uma ampla demanda de segurança por parte dos moradores das periferias dos centros urbanos que o fenômeno da violência nos estabelecimentos escolares torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil, desde o início dos anos 1980. Nesse momento, a mídia, sobretudo a imprensa escrita e a televisão agem como espaço possível de ressonância de denúncias que afetavam a vida dos estabelecimentos escolares situados na periferia de cidades como São Paulo. (SPOSITO, 2001, p. 90).

O processo de transição democrática possibilitou às escolas a absorção de um número expressivo de estudantes oriundos das classes mais pobres da sociedade no ensino fundamental e também no ensino médio. Entretanto, a expansão do ensino ocorreu de forma precária, sem investimentos expressivos nas escolas, bem como ausência de formação de professores e de projetos educativos que dessem conta dessa nova realidade escolar. Dessa forma,

a crise econômica e as alterações no mundo do trabalho incidem diretamente sobre as atribuições que articulavam os projetos populares de acesso ao sistema escolar. A escola, sobretudo para a geração atual, desejosa de ter acesso aos padrões de

consumo de massas, não aparece como canal seguro de mobilidade social ascendente para os mais pobres. Assim, uma profunda crise da eficácia socializadora da educação escolar ocorre nesse processo de mutação da sociedade brasileira, que oferece caminhos desiguais para a conquista de direitos no interior da experiência democrática. (SPOSITO, 2001, p. 99).

A complexidade inerente ao problema da violência nas escolas é assinalada por SCHMIDT (2002) que assevera em seu artigo que o problema da violência não é novo e muito menos de fácil solução, entretanto, ele pode ser abordado em três dimensões diferentes, relativas à violência dentro da escola, a violência em torno da escola e a violência da escola.

A violência é um fenômeno que cresce a cada dia e para que seja possível descobrir as contradições que envolvem a construção social da categoria violência, especialmente nas escolas, convém considerar que é preciso que se faça uma análise multidimensional à luz de seus determinantes socioeconômicos e político-culturais. É importante observar também como se situam os sujeitos no cotidiano escolar.

Para pensar na questão da violência nas escolas, faz-se necessária além da formação continuada dos professores, uma análise da cultura da escola, que se constitui pelo conjunto dos saberes, teorias, princípios, práticas educativas, normas, modos de pensar e agir presentes nas instituições escolares. Sendo assim, o pensamento pedagógico não pode se furtar da reflexão sobre a questão da cultura e dos elementos culturais das diferentes escolhas educativas, tendo em vista que "... a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma 'tradição docente' que a cultura se transmite e se perpetua". (FORQUIN, 1993, p. 14).

RODRIGUES (1985), lembra ainda, que a função da escola é a de produção e transmissão do saber. É sua responsabilidade formar o indivíduo para o exercício da cidadania. Porém, "o exercício da cidadania compreende a formação do homem social, participativo, responsável, político e produtivo" (RODRIGUES, 1985, p. 74).

Nesta perspectiva, a escola não irá formar o homem somente para o trabalho, mas sim o homem capaz de transformar seu mundo através do trabalho. Isto se torna possível na medida em que ele rompe com a natureza e consegue superá-la, isto é, transformá-la. O professor ao formar estes alunos também estará se formando e esta formação será melhor ainda se paralelamente a ela, lhe forem assegurados cursos de qualificação contínua para que ele possa se atualizar e se reciclar adquirindo conhecimentos da sua área de atuação.

Outra grande tarefa dos professores é mobilizar os alunos para o conhecimento, estimular as interações e a participação, promovendo valores como respeito e cooperação através do empenho coletivo, o que requer a adesão de todos os envolvidos com a prática pedagógica.

Constata-se assim, que relativamente os professores têm de certa forma autonomia para decidirem por si qual o melhor encaminhamento que devem tomar no decorrer do processo educativo desde que tenham claro qual a sua concepção do homem, de educação, de sociedade e o tipo de aluno que se deseja formar.

Destarte, SAVIANI (1990) lembra que a educação deve ser compreendida como um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Ela é um fenômeno próprio dos seres humanos, sendo ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho. Assim, a atividade educativa é intencional. O que diferencia a educação das outras atividades que trabalham com idéias é o modo como a educação aborda essas idéias, ou seja, a maneira de lidar com o conhecimento, pois para a educação o conhecimento é o meio e não o fim.

Desta forma, “o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, a descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo”. (SAVIANI, 1990, p.21) Entretanto, a escola realiza um trabalho educativo que consiste no ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e

coletivamente pelo conjunto dos homens.

Deste modo, subentende-se que os professores, ao discutirem a problemática da violência com seus alunos numa perspectiva dialética, devem unir esforços para que os mesmos repensem o porquê dos seus atos e para que a escola repense a sua função no sentido de procurar assegurar a construção de conhecimentos significativos pelo aluno, pois ao se almejar uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, é preciso repensar a prática pedagógica e começar por refletir acerca das contradições sociais existentes na sociedade a fim de encontrar formas de superá-las.

Entretanto, o enfrentamento da violência nas escolas que expõe crianças e adolescentes, pelo Estado, pela família e pela sociedade, requer assumir o engodo da cultura moralista excludente que fortalece as relações de violência social e estrutural como fatores fundamentais da expansão da violência interpessoal, da falência ética, civilizatória e do difícil caminho para assegurar a defesa dos direitos das crianças e adolescentes expostos a situações de violência no Brasil e no mundo.

A complexidade da incidência do fenômeno de violência nas escolas implica na necessidade de construir e desenvolver um projeto político-pedagógico para direcionar, orientar e organizar as ações de unidades de ensino de modo que estas ações sejam mais coerentes e conseqüentes e as instituições mais eficazes na consecução dos seus propósitos. É um desafio inadiável que deve ser assumido por todos os funcionários que atuam na escola em conjunto com a comunidade. Sem um projeto pedagógico corre-se o risco de agir de modo improvisado, desarticulado, reducionista, descontextualizado, fragmentado e simplista.

A importância do projeto político-pedagógico deve-se ao compromisso com a formação humana. No decorrer do processo de ensino e aprendizado há muitas responsabilidades a serem assumidas e que demandam articulação, sistematização e organização. Nenhum trabalho pode estar isolado; é imprescindível que todas as ações estejam articuladas num esforço de melhoria contínua. Para tanto, é necessário que os objetivos, as metas e estratégias sejam planejadas em conjunto com a comunidade escolar, pois só

assim será possível a melhoria efetiva do ensino, da aprendizagem, da construção do conhecimento e o combate e prevenção da violência nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência tem aumentado assustadoramente em nossa civilização indo além das instâncias socioeconômicas e instaurando-se nas escolas como um fenômeno crescente, presente em especial nas que se localizam nas áreas urbanas, alterando o comportamento dos jovens que expressam a sua frustração sobre a família, o trabalho, a escola e a comunidade. (YUS, 2002, p.17).

O engajamento real da sociedade e dos governos é imprescindível no combate à violência em especial nas escolas como estratégia de efetiva mudança da situação atual, bem como a fim de impedir o agravamento do problema. Dessa forma, cabe também ao Estado a viabilização de espaços de discussão em conjunto com a sociedade a fim de abrir campo para as intervenções. É preciso, ainda, que ele se ocupe em buscar formas de erradicar os problemas estruturais associados às desigualdades sociais, implementando medidas políticas mais contundentes que assegurem melhor qualidade de vida à população, ou seja, estruturas sociais justas para todas as pessoas, destinando atenção adequada às questões relativas à saúde, educação, alimentação, moradia, bem como à ampliação das oportunidades de trabalho, tendo em vista a dignidade humana.

De acordo com TAILLE (2002, p.23), a violência não necessariamente é decorrência da ausência de regras ou ausência de projetos de vida, ela também pode ser conseqüência dos valores presentes na construção de identidades, tendo em vista que o mundo vive uma crise de valores e conseqüentemente uma escalada da violência em todas as esferas sociais.

A escola tem como uma de suas funções desenvolver um pensamento reflexivo nos alunos ajudando-os a construir uma compreensão coerente da realidade resgatando os princípios éticos e desenvolvendo ações que visam à

promoção e difusão dos valores de solidariedade, respeito, honestidade, responsabilidade, fraternidade e de convivência que parecem estar sendo deixados de lado.

É necessário traçar estratégias que priorizem a democratização das relações internas na escola e das suas relações com a comunidade na qual se insere, permitindo a construção de uma cultura de paz. A violência nas escolas tem razões extra-escolares, portanto o seu enfrentamento requer a participação da sociedade em geral e da comunidade local, em particular. Pensar que medidas podem ser tomadas e apoiar as iniciativas de mobilização social que assumem o compromisso com a redução da violência na sociedade e nas escolas é um dos caminhos viáveis, assim como promover a realização e disseminação de projetos nas comunidades enfatizando o diálogo e o respeito aos ideais dos jovens viabilizando a participação familiar e comunitária através do desenvolvimento de propostas de ação local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas; LAMARÃO, Maria Luiza. **Criança, violência e cidadania**. Belém: Unama, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LATERMAN, Ilana. **Violência e incivilidade na escola: nem vítimas, nem culpados**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. (Coleção Teses, XI).

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade, racismo e educação. **Revistausp**, São Paulo: USP, jun. /jul. /ago. 2001.

RODRIGUES, Neidson. Colegiado: instrumento de democratização. **Revista**

Brasileira de Administração Escolar, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 72-79, jan./jul. 1985.

ROYER, Égide. A violência escolar e as políticas da formação de professores. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: _____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Educação esquecida, geração perdida. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 jul. 2002.

SORGE, Bartolomé. **A violência**. São Paulo: Loyola, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: USP, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

TAILLE, Yves de La. Dimensões psicológicas da violência. In: **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, n.21, p. 19-23, mai. / jul. 2002.

YUS, Rafael. Educação integral e valores da não-violência. In: **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, n. 21, p. 14-18, mai. / jul. 2002.